

**PET no AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.347.115 - SP  
(2018/0209459-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**EMBARGANTE** : CONCEICAO TSUNeko NAKAZONE  
**ADVOGADO** : CONCEICAO TSUNeko NAKAZONE (EM CAUSA PRÓPRIA) -  
SP212514  
**EMBARGADO** : HORACIO HALASZ  
**ADVOGADO** : ARLETE INÊS AURELLI - SP076655

**EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO CONTRA ACÓRDÃO DO PRÓPRIO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. MANIFESTA FALTA DE CABIMENTO.

Recurso especial não conhecido.

**DECISÃO**

Inconformada com o acórdão proferido pela Trigesima Sétima Câmara Extraordinária de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo no julgamento da Apelação n. 1010634-73.2016.8.26.0003, contra ele Conceição Tsuneko Nakazone interpôs recurso especial, que não foi admitido na origem.

Seguiu-se a isso a interposição de agravo em recurso especial, examinado, no Superior Tribunal de Justiça, pelo Ministro Presidente, que entendeu não ser possível dele conhecer à consideração de que estaria configurada a intempestividade do próprio recurso especial.

Ainda irresignada, a recorrente interpôs agravo interno, ao qual a Terceira Turma, ratificando a decisão da Presidência, negou provimento.

Publicado o acórdão do agravo interno, contra ele a recorrente interpôs o presente recurso especial (e-STJ, fls. 233-237) sob a alegação de violação do art. 932, parágrafo único, do CPC/2015, bem como de que a Terceira Turma, ao invés de julgar o agravo interno, deveria ter determinado o sobrestamento do processo até o julgamento, pela Corte Especial, do AgInt no AREsp n. 1.311.512/SP.

Brevemente relatado, decido.

É manifesta a falta de cabimento do presente recurso especial.

Com efeito, nos termos do art. 105, III, da Constituição Federal, compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados e do Distrito Federal e Territórios, não havendo, portanto, previsão constitucional para a interposição dessa espécie de recurso contra acórdão do próprio Superior Tribunal de Justiça.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL APRESENTADO EM FACE DA DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO A RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO EM FACE DE ACÓRDÃO DESTA TURMA. RECURSO ESPECIAL MANIFESTAMENTE INCABÍVEL. AGRAVO REGIMENTAL MANIFESTAMENTE INFUNDADO.

1. Não é cabível a interposição de recurso especial em face de acórdão do próprio Superior Tribunal de Justiça, pois só é possível a interposição de tal recurso em face de acórdão de Tribunal de segundo grau (TJ ou TRF), conforme disposto no art. 105, III, da CF/88.

2. Agravo regimental não provido. Agravante condenada ao pagamento de multa equivalente a 1% (um por cento) sobre o valor corrigido da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito do respectivo valor (art. 557, § 2º, do CPC).

(AgRg na Pet no AREsp n. 619.131/SP, Relator o Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 26/5/2015)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL CONTRA ACÓRDÃO PROFERIDO EM SEDE DE RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. NÃO CONHECIMENTO.

1. Tendo em vista que recurso especial é cabível de causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, a teor do que dispõe o art. 105, III, alíneas "a", "b" e "c", da Constituição Federal, é de se concluir não ser cabível a sua interposição contra acórdão do próprio Superior Tribunal de Justiça, como ocorreu no caso dos autos. Precedentes: RESP no RMS 24.255/MT, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, DJe 25/03/2010; RESP no RMS 24.949/PE, Rel. Min. Felix Fisher, Quinta Turma, DJe 14/09/2009; AgRg no Ag 554.328/MT, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, DJ 24/10/2005.

2. Recurso especial não conhecido.

(REsp no RMS nº 29.576/SP, Relator o Ministro Benedito Gonçalves, DJe 13/8/2010)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL CONTRA ACÓRDÃO PROFERIDO EM SEDE DE RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. NÃO CONHECIMENTO. SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO. ACUMULAÇÃO DE SERVENTIAS. EXCEÇÃO À REGRA. DESACUMULAÇÃO. PRIMEIRA VACÂNCIA. ART. 49 DA LEI Nº 8.935/94. INEXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO.

**1.** É incabível a interposição de Recurso Especial contra acórdão do Superior Tribunal de Justiça, a teor do que dispõe o art. 105, III, alíneas "a", "b" e "c", da Constituição Federal. Precedentes do STJ: **RESP no RMS 24.949/PE**, QUINTA TURMA, DJe 14/09/2009; **RESP no RMS 25.432/RJ**, QUINTA TURMA, DJe 02/03/2009.

**2.** Recurso Especial não conhecido, determinada a remessa dos autos à Vice- Presidência, em razão da interposição de Recurso Extraordinário às **fls. 489/497**.

(REsp no RMS nº 24.255/MT, Relator o Ministro Luiz Fux, DJe 25/3/2010)

RECURSO ESPECIAL CONTRA ACÓRDÃO PROFERIDO EM SEDE DE RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. NÃO CONHECIMENTO.

Não é cabível a interposição de recurso especial contra decisão colegiada deste próprio c. Superior Tribunal de Justiça.

Recurso especial não conhecido.

(REsp no RMS nº 24.949/PE, Relator o Ministro Felix Fischer, DJe 14/9/2009)

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XVIII, "a", do RISTJ, não conheço do recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator